



Ministério Público da União
Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região
Fortaleza – Ceará

Seleção para Estagiário - DIREITO - 2009.1

Caro(a) candidato(a):

Instruções:

- Cada questão objetiva valerá 1,5 (um e meio) ponto e a dissertação 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 70 (setenta) pontos;
- A Comissão do concurso só corrigirá a questão dissertativa dos candidatos que lograrem a pontuação mínima nas questões objetivas;
- A prova oral valerá 30 pontos;
- Só farão a prova oral os candidatos que obtiverem, em número inteiro, mais de 50% em cada parte da prova escrita, ou seja, 23 (vinte e três) pontos na objetiva e 13 (treze) pontos na subjetiva;
- O resultado da prova escrita será divulgado no dia 04/03/2009;
- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem mais de 50% das provas escrita e oral, ou seja, 51 (cinquenta e um) pontos, sendo 36 (trinta e seis) na prova escrita e 15 (quinze) na oral;
- O resultado final será divulgado no dia 06/03/2009.

Orientações:

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A inteligência da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas.

Direito Constitucional

01. Assinale a alternativa **falsa**, considerando a atual jurisprudência do STF:

- a) a Justiça do Trabalho não tem competência para processar as causas envolvendo servidores públicos estatutários e a Administração Pública;
- b) a Justiça do Trabalho não tem competência criminal, nem mesmo para apurar os crimes de falso testemunho cometidos perante Juiz do Trabalho, em audiência trabalhista;
- c) havendo greve na Administração Pública, a competência será da Justiça do Trabalho, se os grevistas forem celetistas; e da Justiça Comum, se forem estatutários. Em ambos os casos, a competência é dos Tribunais, e não do juízo de primeiro grau;
- d) o *habeas corpus* contra ato de Auditor Fiscal do Trabalho é da competência da Justiça do Trabalho, apesar da natureza penal desta ação.

02. Dentre as opções abaixo, destaque a **falsa**, sobre os poderes do Ministério Público do Trabalho:

- a) notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada; requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta;
- b) requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas; requisitar informações e documentos a entidades privadas;
- c) ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio; ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;
- d) requisitar o auxílio de força policial, mediante solicitação ao juiz competente.

03. É verdadeiro afirmar sobre os direitos fundamentais:

- a) os sociais se encontram entre os de 3ª dimensão, por serem direitos a prestação do Estado;
- b) as chamadas *liberdades públicas*, típicos direitos de 1ª dimensão, são conquistas do Estado Liberal, mas pecam por não possuírem garantias de tutela processual;
- c) as garantias são assinaladas por sua instrumentalidade quanto aos direitos fundamentais, havendo as de natureza processual e outras de natureza material (como as garantias-limite), podendo-se falar, ainda, nas garantias institucionais;

- d) as normas de direitos fundamentais também podem ser consideradas como tendo natureza de direitos fundamentais (de cunho subjetivo).

04. Uma das alternativas abaixo falha com a verdade. Assinale-a:

- a) o direito de greve do servidor público não pode ser exercitado, eis que ainda não regulamentado por lei específica, considerando que os efeitos conferidos às decisões proferidas em mandados de injunção pelo STF, sobre o tema, são *in concreto*, isto é, apenas para as partes litigantes;
- b) o princípio da duração razoável do processo foi inserido expressamente no art. 5º da Constituição Federal pela EC 45/2004, encontrando-se no rol dos direitos e garantias fundamentais e orientando tanto o processo judicial quanto o administrativo;
- c) os princípios e as regras são espécies de normas, que exprimem valores e podem conter direitos ou garantias fundamentais, como expressão do poder constituinte originário ou derivado;
- d) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

05. Assinale a opção **errada**:

- a) as entidades associativas, como as Associações, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, inclusive nas negociações coletivas de trabalho;
- b) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição;
- c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- d) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Direito do Trabalho

06. No conceito de jornada de trabalho, de acordo com a prescrição legal:

- a) considera-se como de **serviço efetivo** o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada;
- b) não é considerado como de **serviço efetivo** o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens;
- c) só é considerado como de **serviço extraordinário** o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, executando ordens, após a oitava hora;
- d) considera-se como de **serviço excepcional** o período em que o empregado esteja à disposição do empregador aguardando ordens, mesmo em caso de disposição em contrário;
- e) nenhuma das respostas.
07. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo:
- a) de 10 (dez) horas intercaladas para descanso;
- b) de 11 (onze) horas consecutivas para descanso;
- c) de 7 (sete) horas consecutivas para repouso;
- d) de 2 (horas) horas consecutivas para alimentação;
- e) nenhuma das respostas.
08. Poder disciplinar é a capacidade de o empregador impor sanções aos empregados infratores de suas obrigações contratuais, segundo os deveres de obediência, diligência e fidelidade. De acordo com esta concepção, é considerado violação do dever de **fidelidade**:
- a) o ato de improbidade;
- b) a insubordinação;
- c) a não utilização de EPI's;
- d) a desídia;
- e) nenhuma das respostas.
09. Sobre a sucessão de empregadores, é correto registrar que:
- a) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados;
- b) somente se houver dolo é que a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados;
- c) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados;
- d) somente a mudança na propriedade da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados;
- e) nenhuma das respostas.
10. "É definido como o direito do empregador de, em casos excepcionais, alterar, por imposição, e unilateralmente, as condições de trabalho de seus empregados. É desenvolvido em decorrência do poder diretivo." O texto alude ao:
- a) *JUS VARIANDI*;
- b) *JUS RESISTENTIA*;
- c) *JUS AGENDI*;
- d) *JUS EUNDI*;
- e) nenhuma das respostas.

Direito Administrativo

11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, **exceto**:
- a) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
- b) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;
- c) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço;
- d) dar publicidade aos atos oficiais.
12. É incompatível com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, Lei 8.112/90, o seguinte item:
- a) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;
- b) são requisitos básicos para investidura em cargo público: nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais, nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, idade mínima de dezoito anos, aptidão física e mental;
- c) às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso;
- d) as atribuições do cargo podem ser utilizadas para justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Direito Civil

13. De acordo com o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata da Administração Pública, podemos afirmar:
- os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
 - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio do membro de Poder, do detentor de mandato eletivo, dos Ministros de Estado e dos Secretários Estaduais e Municipais somente poderão ser fixados ou alterados por lei complementar, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
 - é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
 - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
14. Quanto aos Servidores Públicos, regidos pela Lei 8.112/90, está **incorreto** o seguinte item:
- a gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano;
 - somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 4 (quatro) horas por jornada;
 - os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo;
 - o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.
15. Há vedação expressa ao servidor público, **exceto**:
- participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros;
 - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
 - praticar usura sob qualquer de suas formas;
 - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.
16. Em casos de omissão legal, conforme a Lei de Introdução ao Código Civil, o juiz decidirá o caso de acordo com:
- costumes, analogia e a jurisprudência;
 - analogia, costumes e os princípios gerais de direito;
 - constituição, analogia, jurisprudência;
 - princípios gerais do direito, constituição, jurisprudência.
17. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:
- os menores de dezesseis anos;
 - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
 - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
 - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
18. De acordo com a Teoria Geral dos Contratos, em consonância com o Código Civil, **não** podemos afirmar:
- é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil;
 - pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva;
 - se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, não poderá o estipulante exonerar o devedor;
 - a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
19. Ocorre a suspensão do prazo prescricional:
- despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
 - diante da apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
 - pendendo ação de evicção;
 - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
20. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Quanto à solidariedade **não** podemos afirmar:

- a) na solidariedade passiva se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores;
- b) pode ser pura e simples para um dos credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro;
- c) na solidariedade ativa cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro;
- d) não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.

Direito Processual Civil

21. A Lei n.º 11.277/2006 introduziu o Artigo 285-A no CPC que prescreve: “Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada”.

Com base na interpretação do texto, é possível concluir que:

- () I - trata-se de matéria dependente de regulamentação;
- () II - cuida-se somente de hipótese relacionada ao indeferimento da exordial;
- () III - é possível a aplicação analógica aos casos de julgamento de procedência;
- () IV - a coisa julgada é condição fundamental para o julgamento dos demais processos.
 - a) todas as afirmações são falsas;
 - b) todas são verdadeiras;
 - c) apenas a opção I é verdadeira;
 - d) somente a opção IV é falsa;
 - e) somente as opções I e II são verdadeiras.

22. Não é hipótese de **extinção** do processo com resolução de **mérito**:

- a) a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação pelo autor;
- b) o pronunciamento da decadência;
- c) o reconhecimento da procedência do pedido pelo réu;
- d) o julgamento de procedência do pedido;
- e) nenhuma das respostas.

23. Aplica-se o procedimento sumário do Artigo 275 do CPC:

- a) a reconvenção;
- b) usucapião especial, rural ou urbano;
- c) despejo para uso próprio;
- d) as ações de procedimento especial, qualquer que seja o valor;
- e) nenhuma das respostas.

24. Nos termos do Artigo 209 do CPC, o Juiz recusará o cumprimento de Carta Precatória:

- a) quando estiver revestida dos requisitos legais;
- b) quando carecer de competência em razão do valor;
- c) quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade;
- d) quando desacompanhada dos autos principais;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

25. Indeferida a petição inicial, nos termos do artigo 296 do CPC, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão. Em havendo recurso e não havendo reforma da decisão, é correto registrar:

- a) o despacho, que receber o recurso, mandará citar o réu para acompanhá-lo;
- b) os autos serão encaminhados ao tribunal competente, sem as contra-razões;
- c) dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da conta, o apelante efetuará o preparo, inclusive do porte de retorno, sob pena de deserção;
- d) os prazos ficarão suspensos aguardando manifestação do réu;
- e) nenhuma das respostas.

Direito Processual do Trabalho

26. A propósito da subsidiariedade do Processo comum ao Processo do Trabalho, é correto afirmar:

- a) o art. 282, CPC, pertinente aos requisitos da petição inicial, é aplicável, integralmente ao Processo do Trabalho;
- b) a legislação obreira não prevê a fixação do valor da causa;
- c) o art. 475-J, CPC (multa na fase de cumprimento da sentença), segundo a jurisprudência majoritária do TST, não é aplicável ao Processo do Trabalho;
- d) não é possível a fungibilidade entre pedido cautelar e pedido de tutela antecipada no Processo do Trabalho, porquanto as liminares satisfativas requerem caução, o que não é possível em desfavor do trabalhador.

27. Considerando as modalidades recursais, no Processo do Trabalho, assinale a correta:
- a) o agravo de instrumento é o apelo adequado para combater as decisões interlocutórias;
 - b) cabe recurso de embargos de acórdãos das Turmas do TST diretamente para o STF quando a matéria nele veiculada for de índole constitucional, sem necessidade de prévia submissão e prequestionamento perante a SDI/TST;
 - c) no agravo de petição deverão ser delimitados, pontualmente, os títulos e os valores da execução, inclusive quando for agravante a Fazenda Pública, sendo o apelo interposto perante o TRT;
 - d) o mandado de segurança é o recurso apropriado para conferir efeito suspensivo aos recursos cujo efeito seja meramente devolutivo, o que é a regra no Processo do Trabalho.
28. Assinale a assertiva correta, quanto aos princípios do Processo do Trabalho:
- a) para os defensores do princípio da **extrapetição** ou da **ultrapetição**, o Juiz do Trabalho pode conceder parcelas além do expressamente solicitado pelo autor, quando elas resultarem de imposição legal, tiverem natureza pública, envolverem direito indisponível ou forem projeção direta de um pedido principal, sendo natural consequência dele;
 - b) o princípio da ultrapetição e a vedação às sentenças *ultra* e *extra petita* são a mesma coisa;
 - c) o princípio da simplicidade, ínsito ao Processo do Trabalho, refuta que o juiz julgue o feito conforme o estado do processo, mesmo que a matéria apresente prova pré-constituída, eis que o trabalhador não pode ser surpreendido com o encerramento repentino da instrução;
 - d) o primado do *jus postulandi* é específico do Processo do Trabalho, não havendo nenhuma outra modalidade processual que o acolha, ante a ordem constitucional instalada em 1988, que põe o advogado como essencial à administração da Justiça.
29. Encontra-se **incorreta** a alternativa:
- a) segundo a jurisprudência consagrada do TST, o preposto há de ser, necessariamente, empregado da empresa Reclamada, salvo nos casos de emprego doméstico, ou quando a Reclamação for formulada contra micro ou pequeno empresário;
 - b) a prova de que o trabalho era prestado em condições insalubres ou perigosas é do trabalhador, incumbindo à empresa comprovar que concedia os EPIs-Equipamentos de Proteção Individual;
 - c) o meio apropriado para anular acordo homologado no âmbito do TRT é a ação rescisória, que, neste caso, será julgada pela própria Corte Regional;
 - d) o Processo do Trabalho, a exemplo dos demais ramos semelhantes, não admite validade à testemunha única, como meio de prova de fatos (inteligência conferida pelo TST).
30. A Administração Pública, quando em juízo, na Justiça do Trabalho (assinale a verdadeira):
- a) tem a seu favor a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados, ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos §§ 1º e 2º do art. 477, da CLT (rescisão contratual);
 - b) tem em seu favor o prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer;
 - c) não possui os chamados privilégios processuais, considerando que ela, quando contrata sob o regime da CLT, é tratada como empregador comum;
 - d) não pode se fazer substituir por preposto, já que, além do gestor, possui corpo de Procuradores, os quais são os legitimados a representá-la judicialmente.

